

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Demonstração do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da administração

1) Mensagem da Administração

Em 2014 a Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) avançou de forma significativa em seu plano de negócios, tendo atingido lucro antes de impostos de R\$ 2.687 mil, resultado expressivo ante a prejuízo de R\$ 2.044 mil no período anterior.

Contribuíram de forma significativa no atingimento desta lucratividade, mesmo em um ambiente macroeconômico e fortemente competitivo, a otimização da estrutura administrativa, a redução do endividamento líquido ao longo do ano e uma série de melhorias operacionais que visaram aumentar a eficiência e o retorno sobre o capital investido.

A receita bruta de aluguel de veículos atingiu R\$ 34.616 mil, representando aumento de 5% no período. Este faturamento é suportado por uma carteira diversificada de pouco mais de 100 clientes ativos em todo território nacional e com boa diversificação nos diversos setores de atuação. Os contratos são de longa duração, com prazo médio de 28 meses.

Em 2014 a Maestro empenhou várias iniciativas de adequação e melhoria da estrutura fixa da Companhia, com redução de 26% nas despesas administrativas e gerais no período, equivalente a R\$ 2.389 mil.

Como consequência, o EBITDA de 2014 alcançou R\$ 16.731 mil, aumento de 24% em relação ao valor de 2013, R\$ 13.490 mil.

A receita bruta de venda de veículos por sua vez atingiu R\$ 13.101 mil. A queda de 41% em relação ao ano anterior deve-se exclusivamente ao menor número de veículos em término de contrato. Todos os veículos foram vendidos através de parceiros lojistas (atacado). As margens obtidas com a venda destes veículos estiveram dentro das expectativas e consistentes com a política de *pricing* da Companhia.

A frota da Maestro no final do período era composta de 2.590 veículos, dos quais 94% efetivamente gerando receita, e com valor de mercado (FIPE) de R\$ 74.921 mil.

A dívida líquida, por sua vez, diminuiu de R\$ 52.360 mil para R\$ 31.914 mil no fechamento de dezembro de 2014. Com isso a relação dívida líquida/patrimônio líquido atingiu 0,70x, nível de alavancagem bastante baixo e que abrirá considerável espaço para crescimento da frota nos próximos períodos.

No final de 2014, a dívida bruta com vencimento em 12 meses representava 69% do total. Para mitigar este risco de liquidez, concluímos em janeiro de 2015 a primeira emissão de debêntures no valor total de R\$ 62.000 mil e com prazo de 5 anos. Esta emissão, juntamente com a programação de venda de veículos em 2015 na ordem de R\$ 26.000 mil e a importante posição de caixa no final de 2014, R\$ 19.882 mil, asseguram liquidez suficiente para fazer face não só ao saldo da dívida total de 2014 como também o plano de aquisição de veículos em 2015.

Com a melhoria contínua e consistente dos resultados, a capitalização adicional realizada em abril e o alongamento do perfil do endividamento, as perspectivas para os próximos períodos são de continuidade do cumprimento do plano de negócios estabelecido, com crescimento

sustentável, aumento contínuo da eficiência operacional e redução de custos, conquistas de novos clientes e sustentabilidade financeira.

2) Desempenho Operacional e Financeiro

(em R\$ mil, exceto percentuais) Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014					
	2014	AV (%)	2013	AV (%)	Variação 2013x2012 (%)	
				100		
Receita líquida	43.991	100%	52.216	%	(8.225)	-16%
Custo de locação e venda de veículos	(28.609)	65%	(36.940)	72%	(8.331)	-23%
Lucro bruto	15.382	35%	15.276	28%	106	1%
(Despesas) receitas operacionais						
Administrativas e gerais	(6.834)	15%	(9.223)	17%	(2.389)	-26%
Outras receitas operacionais	411	1%	116	-	295	254%
	(6.423)	14%	(9.107)	17%	2.684	-29%
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos	8.959	20%	6.169	11%	4.191	212%
Despesas financeiras, líquidas						
Despesas financeiras	(9.091)	20%	(9.341)	17%	250	-3%
Receitas financeiras	2.819	6%	1.128	2%	1.691	150%
	(6.272)	14%	(8.213)	15%	1.941	-24%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.687	6%	(2.044)	-4%	4,731	231%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(786)	2%	694	1%	-1.480	213%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.901	4%	(1.350)	-2%	(3.251)	241%

Receita Líquida

A receita líquida de aluguel de carros de 2014 apresentou ligeiro aumento em relação ao exercício anterior, na ordem de 4,6%, mesmo com queda de 5,6% na frota média alugada na comparação com 2013.

A receita de vendas de veículos foi de R\$ 12.577 mil, queda de 43% no período devida à menor quantidade de veículos em final de contrato e disponíveis para venda em 2014.

Custo de Locação de Veículos

A diminuição do custo de locação de veículos deve-se a dois fatores distintos:

- Com a menor quantidade de carros vendidos, os custos associados, líquidos de recuperação de PIS e COFINS, caíram de R\$ 20.910 mil em 2013 para R\$ 14.467 mil em 2014, queda de 31%.
- Os custos de manutenção caíram 31%, com redução de R\$ 2.936 mil no exercício e refletindo melhorias operacionais implementadas ao longo de 2014.

(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais

A redução das despesas operacionais foi alcançada pela adequação do número de colaboradores ao cenário de crescimento de frota mais conservador, em especial ao longo do primeiro semestre. Após a capitalização que reforçou as bases para alcançarmos novo período de crescimento, houve retomada parcial do nível de estrutura na segunda metade de 2014.

EBITDA

EBITDA R\$ mil	2014	2013	Var. % (14/13)
Lucro (prejuízo) antes de impostos (EBT)	2.687	(2.044)	231,5%
(-) Despesas financeiras líquidas	(6.272)	(8.213)	23,6%
(-) Depreciação e amortização	(7.772)	(7.321)	6,2%
EBITDA	16.731	13.490	24,0%
Margem EBITDA/ rec. Locação líquida	53,3%	41,1%	29,6%

O aumento da eficiência operacional e a otimização da estrutura de custos da Companhia em 2014 elevaram o EBITDA e margem EBITDA em 24% e 29,6% respectivamente em relação ao período anterior.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas caíram 24% em 2014 devido a menor dívida líquida ao longo do ano, decorrente da capitalização ocorrida no primeiro semestre.

Lucro antes de impostos e lucro líquido

Em 2014 houve aumento de R\$ 4.731 mil no lucro antes de impostos face ao exercício anterior.

O aumento do custo de depreciação de R\$ 544 mil foi compensado pelo crescimento do EBITDA em R\$ 3.241 mil e pela redução das despesas financeiras líquidas em R\$ 1.941 mil.

Em 2014, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 29,2% do resultado antes de impostos, levando ao lucro líquido de R\$ 1.901 mil, expressivo em relação ao resultado negativo de R\$ 1.350 mil no ano anterior.

3) Investimentos

A Companhia investiu em 2014, R\$ 23.764 mil crescimento de 7% em relação ao ano anterior. Foram adquiridos 746 veículos perfazendo uma média de R\$ 31,9 mil/veículo.

No fechamento do exercício a Companhia possuía em seu balanço R\$ 66.309 mil em frota líquida operacional e frota total de R\$ 68.098 mil composta de 2.590 veículos.

4) Endividamento

	2014		2013		Varição
	R\$ mil	% Bruto	R\$ mil	% Bruto	%
Endividamento					
Circulante	35.635	68,8%	38.210	59,2%	-6,7%
Não circulante	16.161	31,2%	26.315	40,8%	-38,6%
Endividamento Bruto	51.796	100,0%	64.525	100,0%	-19,7%
Caixa e Aplicações financeiras	(19.882)		(12.312)		61,5%
Endividamento Líquido	31.914		52.213		-38,9%

Os endividamentos bruto e líquido caíram 19,7% e 38,9% respectivamente com a entrada de recursos de capitalização, no valor de R\$ 20.600 mil, com a geração de caixa operacional e com o aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras disponíveis.

Embora a concentração de vencimentos no curto prazo tenha aumentado de 59,2% para 68,8% do endividamento bruto total, o valor vincendo em 12 meses caiu R\$ 2.575 mil.

A Companhia possuía no final do exercício de 2014, aproximadamente 56% do endividamento de curto prazo como disponibilidades financeiras.

Todas as aplicações financeiras de uso restrito são garantias a empréstimos associados.

Ao longo de 2014 a Companhia empenhou esforços no sentido de alongar de forma significativa o perfil do endividamento. Em janeiro de 2015 foi concluída a primeira emissão de debêntures no valor total de R\$ 62.000 mil com prazo de 5 anos e amortizações mensais. Estes recursos servirão para alongamento do passivo existente e também para aquisição de novos veículos.

5) Patrimônio Líquido (Capitalização)

Com o objetivo de capturar com segurança as oportunidades de crescimento que o mercado de terceirização de frotas apresenta, o Stratus SCP Brasil FIP, Fundo de Investimentos em Participações, fundo administrado pela Stratus Investimentos Ltda. (mesmo administrador do atual acionista da Maestro FMIEE Stratus Fleet), ingressou na Companhia por meio de subscrição de 541.119 novas ações de seu capital social, totalizando R\$ 20.000.

Os acionistas fundadores (Fábio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a Holding Lewco, por eles controlada), subscreveram na mesma ocasião 32.467 novas ações, totalizando R\$ 1.200. Esta capitalização foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 24 de abril de 2014.

6) Indicadores

Indicadores (x)	2014	2013
Divida Líquida/EBITDA	1,91	3,87
Dívida Líquida/Frota Líquida	0,47	0,82
Dívida Líquida/PL	0,70	2,28
Desp. Fin. Liq/EBITDA	0,37	0,61

Os principais indicadores financeiros e de balanço apresentaram melhoria expressiva tanto pela redução do endividamento líquido como pelo aumento dos resultados operacionais.

Os *ratios* atuais garantem bom espaço para crescimento futuro sem prejuízo da sustentabilidade financeira em patamares adequados ao ciclo de negócios da Companhia.

7) Governança Corporativa

Atendendo às práticas de Governança Corporativa, a Maestro possui Conselho de Administração composto por 5 membros e Diretoria Executiva composta de 3 membros.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Alberto Costa Sousa Camões	Presidente do Conselho
Eduardo Magalhães Oliveira	Vice Presidente do Conselho
Fernando Zingales Oller do Nascimento	Conselheiro Efetivo
Alan Lewkowicz	Conselheiro Efetivo
Antonio Carlos Romeiras de Lemos	Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Fábio Lewkowicz	Diretor Superintendente
Carlos Miguel O.M. Borges Alves	Diiretor Adm. Fin. E de RI
Bruno Beneduzzi	Diretor Comercial e de Marketing

8) Política de destinação de lucros e distribuição de dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido deve ser destinado para a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e no Estatuto Social, compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

Adicionalmente, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, a política de dividendos da Companhia e a sua eventual alteração dependem da aprovação de 80% dos membros do Conselho de Administração.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício findo de 31 de dezembro de 2014 e os lucros retidos serão reinvestidos e destinados a suportar o plano de crescimento de frota para os períodos seguintes.

9) Relacionamento com os auditores independentes

Ao longo do exercício de 2014, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social findo em 31 de Dezembro de 2014, prazo de contratação inferior a um ano.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Fábio Lewkowicz, Diretor Presidente; Carlos Miguel O. M. B. Alves, Diretor Financeiro e de RI; Bruno Beneduzzi, diretor Comercial e de Marketing, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com a opinião expressa no relatório emitido em 30 de março de 2015 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Acionistas da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
Embú das Artes - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/12/2014</i>	<i>31/12/2013</i>	<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/12/2014</i>	<i>31/12/2013</i>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	9.969	7.572	Fornecedores	17	749	612
Aplicações financeiras de uso restrito	11	6.608	4.740	Empréstimos e financiamentos	18	34.977	37.907
Contas a receber de clientes	12	5.552	6.894	Consórcios a pagar	20	658	303
Veículos em desativação para renovação da frota	13	1.789	418	Salários, encargos e contribuições sociais		482	330
Impostos a recuperar		520	377	Obrigações tributárias		423	32
Despesas antecipadas	14	751	665	Outras contas a pagar		437	302
Outras contas a receber		335	412				
Total do ativo circulante		25.524	21.078	Total do passivo circulante		37.726	39.486
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras de uso restrito	11	3.305	-	Empréstimos e financiamentos	18	16.027	26.315
Contas a receber de clientes	12	954	680	Consórcios a pagar	20	134	147
Depósitos judiciais	21	126	64	Provisão para contingências	21	112	112
Impostos a recuperar		415	317				
Despesas antecipadas	14	114	97	Total do passivo não circulante		16.273	26.574
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	1.448	2.280				
Imobilizado	16	67.483	64.394	Patrimônio líquido			
Intangível		10	29	Capital social	22a	51.135	30.535
Total do ativo não circulante		73.855	67.861	Prejuízos acumulados		(5.755)	(7.656)
Total do ativo		99.379	88.939	Total do patrimônio líquido		45.380	22.879
				Total do passivo e patrimônio líquido		99.379	88.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	24	43.991	52.216
Custos de locação e venda de veículos	25	<u>(28.609)</u>	<u>(36.940)</u>
Lucro bruto		<u>15.382</u>	<u>15.276</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	26	(6.834)	(9.223)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	<u>411</u>	<u>116</u>
		<u>(6.423)</u>	<u>(9.107)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>8.959</u>	<u>6.169</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	27	(9.091)	(9.341)
Receitas financeiras	27	<u>2.819</u>	<u>1.128</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(6.272)</u>	<u>(8.213)</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>2.687</u>	<u>(2.044)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15b	<u>(786)</u>	<u>694</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>1.901</u>	<u>(1.350)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - básico e diluído (em R\$)	23	<u>1,22</u>	<u>(1,16)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.901	(1.350)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>1.901</u>	<u>(1.350)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 01 de janeiro de 2013		30.535	-	30.535	(6.306)	24.229
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.350)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>30.535</u>	<u>-</u>	<u>30.535</u>	<u>(7.656)</u>	<u>22.879</u>
Aumento de capital	22	21.200	(600)	20.600	-	20.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.901	1.901
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		<u>51.735</u>	<u>(600)</u>	<u>51.135</u>	<u>(5.755)</u>	<u>45.380</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.901	(1.350)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	786	(694)
Depreciação e amortização	7.772	7.321
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	12.638	22.074
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	819	1.489
Encargos financeiros	8.481	8.543
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	2.273	686
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.543)	(162)
Constituição de provisão para contingências	-	89
Constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	146	41
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	1.339	(3.163)
Aquisições de veículos (vide nota 5m)	(23.764)	(22.175)
Impostos a recuperar	(241)	177
Despesas antecipadas	(103)	(446)
Depósitos judiciais	(62)	-
Outras contas a receber	77	188
Fornecedores (exceto montadora)	250	(196)
Salários, encargos e contribuições sociais	152	-
Obrigações tributárias	345	-
Outras contas a pagar	135	(9)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>10.401</u>	<u>12.413</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	(5.173)	(1.705)
Aquisição de ativos imobilizados	(189)	(789)
Adição ao ativo intangível	(19)	(40)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(5.381)</u>	<u>(2.534)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos, e consórcios	31.818	28.185
Amortização de empréstimos, financiamentos, consórcios e arrendamentos financeiros	(46.090)	(34.856)
Integralização de capital	20.600	-
Juros pagos	(8.951)	(8.027)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(2.623)</u>	<u>(14.698)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.397</u>	<u>(4.819)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.572	12.391
No fim do exercício	<u>9.969</u>	<u>7.572</u>
	<u>2.397</u>	<u>(4.819)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Receita bruta de locação e venda de veículos	47.717	55.265
Outras receitas	614	356
Descontos concedidos	(677)	(722)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.273)	-
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	2.543	162
	47.924	55.061
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(8.532)	(10.932)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.202)	(2.467)
Comerciais e publicidade	(33)	(231)
Resultado na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(12.638)	(22.074)
	(23.405)	(35.704)
Valor adicionado bruto	24.519	19.357
Depreciação e amortização	(7.772)	(7.321)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	16.747	12.036
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.819	1.128
Valor adicionado total a distribuir	19.566	13.164
Distribuição do valor adicionado	19.566	13.164
Pessoal		
Remuneração direta	2.869	3.226
Benefícios	497	368
F.G.T.S	139	192
		-
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.615	270
Estaduais	-	2
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e despesas Swap	8.396	8.468
Aluguéis	454	1.115
Outras	695	873
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.901	(1.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 – Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2014, a frota da Maestro era composta por 2.590 veículos (2.664 em 31 de dezembro de 2013).

No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido.

Contamos com uma rede de 2.500 parceiros distribuídos em todo o território nacional tais como oficinas, concessionárias e lojas especializadas.

Na venda do veículo em fim de ciclo, a partir de 2014, utilizamos apenas o canal de venda no atacado garantido desta forma giro mais rápido do estoque, menos custos fixos de estrutura e melhor adequação ao mix atual de veículos da Maestro.

Mantemos parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Este relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua destas condições de gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e às normas CVM

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2015.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Reclassificação

A Companhia efetuou reclassificação na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para melhor apresentação e comparabilidade com 2014. O montante de R\$ 2.802 referente a recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos, foi reclassificado da rubrica de impostos sobre serviços e vendas para custo de locação e venda de veículos.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 13 – Veículos em desativação para renovação da frota.
- Nota explicativa 16 – Imobilizado (depreciação de veículos).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 – Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- Nota explicativa 13 – Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 – Imobilizado (depreciação de veículos);
- Nota explicativa 21 – Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A administração da Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 16 – Imobilizado (valor residual dos veículos)
- Nota explicativa 29 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.
- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são

sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

b. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	2014	2013
Veículos operacionais ¹	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

¹ A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

d. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

f. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo

para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

h. Receita líquida operacional

(i) Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

(ii) Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

i. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Demonstrações do valor Adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas e fechadas.

m. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentadas como divulgação suplementar abaixo:

Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:	31/12/2014	31/12/2013
Aquisições de veículos no exercício	<u>(25.161)</u>	<u>(27.347)</u>
Fornecedores - Montadoras de veículos:		
Saldo no final do exercício	50	163
Saldo no início do exercício	<u>163</u>	<u>5.454</u>
	<u>(113)</u>	<u>(5.291)</u>
Aquisição de veículos por meio de arrendamentos financeiros	<u>1.510</u>	<u>10.463</u>
Caixa pago pela aquisição de veículos	<u><u>(23.764)</u></u>	<u><u>(22.175)</u></u>

6 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado.

7 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2014, 38% (50% em 31 de dezembro de 2013) do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

c. Risco operacional

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, com enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio.

Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Desta forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Total do passivo circulante e não circulante	53.999	66.060
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(19.882)</u>	<u>(12.312)</u>
	<u>34.117</u>	<u>53.748</u>
Total do patrimônio líquido	<u>45.380</u>	<u>22.879</u>
Relação passivo total sobre patrimônio líquido	75%	235%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do exercício:

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios a pagar – Dívida Bruta	51.796	64.672
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	<u>(19.882)</u>	<u>(12.312)</u>
Dívida líquida	<u>31.914</u>	<u>52.360</u>

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

Além dos pronunciamentos divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014 não foram emitidos novos pronunciamentos técnicos pelo CPC com impactos relevantes para a Companhia.

9 Informação por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento de locação de veículos como o único segmento operacional, baseando-se nos relatórios utilizados pelo Conselho de Administração para a tomada de decisões estratégicas.

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como única unidade de negócio para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

O negócio da Companhia é locação de veículos. Como parte de seu programa de renovação de veículos, a Companhia aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, por meio de revendedores e de parceiros lojistas.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	70	48
Aplicações financeiras	<u>9.899</u>	<u>7.524</u>
	<u>9.969</u>	<u>7.572</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do Certificados de Depósito Interbancários (CDI-C) (100,5% em 2013).

11 Aplicações financeiras de uso restrito

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	6.608	4.740
Não circulante	<u>3.305</u>	<u>-</u>
	<u>9.913</u>	<u>4.740</u>

Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB's), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função de taxa de juros, mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI (100,5% em 31 dezembro de 2013) e estão vinculadas (garantidoras) aos empréstimos associados, conforme divulgação na nota explicativa 18.

12 Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Locação de veículos	6.047	7.385
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(495)</u>	<u>(491)</u>
	<u>5.552</u>	<u>6.894</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

	31/12/2014	31/12/2013
Faixa		
À Vencer	3.665	4.093
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	1.606	1.903
De 61 a 90 dias	85	58
De 91 a 180 dias	265	349
Acima de 180 dias	<u>426</u>	<u>982</u>
	<u>6.047</u>	<u>7.385</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve um complemento da provisão líquida no valor de R\$ 4, para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2013		491)
Reversão da provisão		2.269
Constituição da provisão		<u>(2.273)</u>
Saldo em 31/12/2014		<u>(495)</u>

	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante		
Locação de veículos	1.344	1.344
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(390)</u>	<u>(664)</u>
	<u>954</u>	<u>680</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/12/2014	31/12/2013
À Vencer	-	2
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	-	4
De 61 a 90 dias	-	2
De 91 a 180 dias	-	8
Acima de 180 dias	<u>1.344</u>	<u>1.328</u>
	<u><u>1.344</u></u>	<u><u>1.344</u></u>

As contas a receber “Não circulante” são compostas por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira dos clientes em questão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve uma reversão líquida na provisão de R\$ 274, para títulos vencidos acima de 180 dias, atingindo-se um provisionamento de 29% do saldo do grupo. A reversão se deve a títulos recebidos antecipadamente. A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2013	(664)
Reversão da provisão	274
Constituição da provisão	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2014	<u><u>(390)</u></u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

13 Veículos em desativação para renovação da frota

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2014</u>			Total
	Saldos	Provisão para perda	Baixas	Devoluções	Transfer. para renovação	
Custo	578	-	(17.599)	654	(18.687)	2.320
Depreciação acumulada	<u>(160)</u>	<u>(146)</u>	<u>4.848</u>	<u>(85)</u>	<u>(4.988)</u>	<u>(531)</u>
	<u><u>418</u></u>	<u><u>(146)</u></u>	<u><u>(12.751)</u></u>	<u><u>569</u></u>	<u><u>(13.699)</u></u>	<u><u>1.789</u></u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

14 Despesas antecipadas

	31/12/2014	31/12/2013
1º emplacamento	564	578
Outros	301	184
	<u>865</u>	<u>762</u>
Circulante	751	665
Não circulante	114	97

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação. As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base negativa de IRPJ e CSLL	10.446	-	10.446	7.997	-	7.997
Ajuste de arrendamento financeiro	-	(6.752)	(6.752)	-	(4.350)	(4.350)
Ajuste de depreciação	-	(2.588)	(2.588)	-	(1.798)	(1.798)
Outras adições temporárias	342	-	342	431	-	431
	<u>10.788</u>	<u>(9.340)</u>	<u>1.448</u>	<u>8.428</u>	<u>(6.148)</u>	<u>2.280</u>

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisões para créditos de liquidação duvidosa, perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e contingências.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos próximos 9 anos.

A Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconhece em suas informações financeiras o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

b. Resultado do exercício

A despesa de impostos diferidos reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 786 (crédito de R\$ 694 em 2013).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo não circulante		
Outras diferenças temporárias	(262)	(421)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	7.205	3.293
	6.942	2.872
Passivo não circulante		
Ajuste de depreciação	-	6.057
Ajuste de arrendamento Mercantil	(9.254)	(6.889)
	(9.254)	(832)
 Total	 (2.311)	 2.040
 Alíquota imposto de renda (25%)	 (578)	 510
Alíquota contribuição social (9%)	(208)	184
 Imposto de renda e contribuição social diferidos	 (786)	 694

16 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	31/12/2013		31/12/2014			Total
	Saldos	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação ¹	
Veículos operacionais	71.718	3.909	(1.037)	16.370	(18.659)	72.301
Equipamentos de informática e telefonia	154	10	-	-	-	164
Máquinas e equipamentos	628	150	-	-	-	778
Móveis e utensílios	78	29	-	-	-	107
Móveis em arrendamento	27	-	(27)	-	-	-
Benfeitorias	139	-	-	-	-	139
Imobilizações em curso	114	21.252	-	(16.370)	(28)	4.968
Adiantamentos de consórcio	317	319	(317)	-	-	319
	73.175	25.669	(1.381)	-	(18.687)	78.776

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Taxa de depreciação ²	31/12/2013	31/12/2014			Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. Renovação ¹	
Veículos operacionais	11%	(8.598)	(7.577)	228	4.988	(10.959)
Equipamentos de informática e telefonia ³	20%	(37)	(23)	-	-	(60)
Máquinas e equipamentos	10%	(101)	(107)	-	-	(208)
Móveis e utensílios	10%	(18)	(12)	-	-	(30)
Móveis em arrendamento	10%	(4)	-	4	-	-
Benfeitorias	10%	(23)	(13)	-	-	(36)
		(8.781)	(7.732)	232	4.988	(11.293)
Imobilizado líquido		64.394	17.937	(1.149)	(13.699)	67.483

- (1) Transferência para veículos em desativação para renovação de frota.
- (2) Taxa de depreciação anual utilizada para determinar a vida útil de cada item do ativo, conforme nota 5, item c., subitem (iii).
- (3) Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de telefonia e 10 anos para equipamentos de informática.

c. Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na nota explicativa 18. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$ 9.810 (R\$ 15.190 em dezembro de 2013).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados em contratos de longa duração (prazos usuais entre 24 e 36 meses). O total de pagamentos contingentes é imaterial, não há condições de opções de renovação ou de compra e cláusula de reajustamento. Não há também, nos referidos contratos, restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil.

d. Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, o equivalente a 88% da frota total da Companhia (2.282 veículos) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual líquido monta R\$ 57.555 (R\$ 62.591 em dezembro de 2013).

17 Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Montadoras	50	163
Fornecedores diversos	699	449
	749	612

18 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios de 2014 e 2013 está resumido nos quadros abaixo:

31 de dezembro de 2014								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de vcto.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,35 a.m	1,35 a.m	2016	9	-	9	0,02
Giro (Pré)	R\$	0,88 a.m	1,35 a.m	2017	12.993	6.602	19.595	37,75
Giro (Pós)	R\$	0,2499 a.m + CDI	0,59 a.m + CDI	2017	17.335	8.665	26.000	50,09
Arrendamentos financeiros (Pós)	R\$	0,27 a.m + CDI	0,44 a.m + CDI	2017	5.087	1.216	6.303	12,12
					<u>35.424</u>	<u>16.483</u>	<u>51.907</u>	<u>100</u>
Custos de empréstimos e financiamentos					(447)	(456)	(903)	
Total					<u>34.977</u>	<u>16.027</u>	<u>51.004</u>	
31 de dezembro de 2013								
Modalidade	Moeda	Taxa anual (%)		Ano de vcto.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 /a.m	2016	229	143	372	1
Giro (Pré)	R\$	0,85 a.m	1,24 a.m	2016	17.316	10.829	28.145	43
Giro (Pós)	R\$	CDI + 0,31 a.m	CDI + 0,6 a.m	2016	13.350	9.399	22.749	35
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	2.389	1.657	4.046	6
Arrendamento financeiro (Pós)	R\$	CDI + 0,28 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	5.174	4.743	9.917	15
					<u>38.458</u>	<u>26.771</u>	<u>65.229</u>	<u>100</u>
Custos de empréstimos e financiamentos					(551)	(456)	(1.007)	
Total					<u>37.907</u>	<u>26.315</u>	<u>64.222</u>	

Combinados empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e consórcios (vide nota explicativa 20) compõem a dívida bruta de R\$ 51.796 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 64.672 em 31 de dezembro de 2013).

a. Garantias

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade arrendamento financeiro e composição de veículos, conforme divulgado na nota explicativa 16 e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2014, do total do endividamento bruto R\$ 57.555, equivalente a 85% eram garantidos por alienação fiduciária de veículos.

b. Cláusulas contratuais

Em 4 de agosto de 2014, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Panamericano CCB no valor principal de R\$ 5.619, com vencimento final em 4 de agosto de 2017, a qual durante o prazo de vigência, está sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir de 31 de dezembro de 2014, tendo por base as informações contábeis trimestrais não auditadas e as demonstrações financeiras anuais auditadas em 31 de dezembro.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 5,0	1,91
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo Patrimônio líquido	< 4,0	0,7

c. **Análise de sensibilidade**

Do passivo total, 77% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31 de dezembro de 2014, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 11%.

Considerando que as aplicações financeiras também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado no quadro abaixo:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	11%	13,75%	16,50%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida indexada ao CDI	(32.746)	(36.742)	(37.630)
SWAP	(1.669)	(1.898)	(1.944)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	19.812	22.536	23.081
Efeito líquido patrimonial	(14.158)	(16.104)	(16.493)
Efeito líquido no resultado	-	(1.946)	(2.335)

As divulgações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, estão na nota explicativa 29.

19 Passivos de arrendamentos financeiros

Os passivos de arrendamentos financeiros compreendem somente os valores relacionados a veículos, os quais foram arrendados com cláusula de transferência ao final do contrato por um valor significativamente menor do que o valor de mercado. Esses contratos não possuem cláusulas de renovação.

Durante o exercício de 2014 foram adquiridos 50 veículos em arrendamento financeiro, perfazendo captação no montante de R\$ 1.510. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía 330 veículos dados em garantia em operações de arrendamento financeiro, conforme descrito na nota explicativa 16.

Os contratos de arrendamentos financeiros são efetuados as taxas pré – fixados com parcelas fixas e pós – fixados com parcelas variáveis até o período do contrato. Os veículos adquiridos através de arrendamento são objeto de arrendamento operacional junto a seus clientes que podem ser rescindidos, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante aviso formal.

Os vencimentos destas obrigações estão distribuídos, como segue:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	30/12/2013
Menos de um ano	5.649	9.875	(562)	(2.910)	5.087	6.965
Entre um e cinco anos	1.338	7.713	(122)	(715)	1.216	6.998
	<u>6.987</u>	<u>17.588</u>	<u>(684)</u>	<u>(3.625)</u>	<u>6.303</u>	<u>13.963</u>

20 Consórcios a pagar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	658	303
Não circulante	134	147
	<u>792</u>	<u>450</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía em seu balanço:

- a. 20 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 22; e
- b. 12 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre outubro e dezembro de 2013, com taxas de administração de 19%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 69 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 50;
- c. 2 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre janeiro e junho de 2014, com taxas de administração de 19%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 22.

21 Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências cíveis	<u>112</u>	<u>112</u>

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de

2014 é de R\$ 1.067 (R\$ 698 em 31 de dezembro de 2013), relacionados a causas cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 126 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2013).

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2013	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2014
Cíveis	112	-	-	112
Depósitos judiciais	<u>(64)</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>
	<u>48</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>	<u>(14)</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 51.135. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Com a operação devidamente estruturada, e com o objetivo de capturar com segurança as oportunidades de crescimento que o mercado de terceirização de frotas apresenta, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 24 de abril de 2014, o Stratus SCP Brasil FIP, Fundo de Investimentos em Participações, fundo administrado pela Stratus Investimentos Ltda. (mesmo administrador do atual acionista da Maestro FMIEE Stratus Fleet), ingressou na Companhia por meio de subscrição de 541.119 novas ações de seu capital social, totalizando R\$ 20.000. Os acionistas fundadores (Fábio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a Holding Lewco, por eles controlada), subscreveram na mesma ocasião 32.467 novas ações, totalizando R\$ 1.200.

Em 24 de julho de 2014 os acionistas Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz realizaram a integralização de R\$ 600, conforme AGE de 24 de abril de 2014. Conforme divulgado na nota explicativa 31, o capital social a integralizar foi integralizado em janeiro de 2015.

A nova composição acionária ficou da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2014		31/12/2013	
	Ações integralizadas	Capital integralizado	Ações integralizadas	Capital integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes				
<i>Stratus Fleet</i>	780.687	22.752	780.687	28.680
Stratus SCP Brasil FIP	541.119	15.770	-	-
Lewco Participações e Administração Ltda.	29.629	864	27.220	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	357	12.249	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz				
	370.304	11.392	340.246	405
	<u>1.733.988</u>	<u>51.135</u>	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

b. Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em lei e neste Estatuto compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

O Conselho de Administração poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanços semestrais e em período menores, e, com base nos referidos balanços, declarar dividendos a conta de lucros apurados, bem como declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, semestral ou intercalar.

Observada as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

23 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

Básico e diluído	31/12/2014	31/12/2013
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.901	(1.350)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.553	1.160
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	R\$ 1,22	R\$ (1,16)

24 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2014	31/12/2013
Locação de veículos	31.414	30.020
Venda de veículos	12.577	22.196
	<u>43.991</u>	<u>52.216</u>

Abaixo demonstramos a receita bruta menos as deduções de vendas:

	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta	47.717	55.265
Menos:		
Impostos sobre serviços e vendas	(3.203)	(3.048)
Devoluções	(523)	(1)
	<u>43.991</u>	<u>52.216</u>

25 Custo de locação e venda de veículos

	31/12/2014	31/12/2013
Custos de manutenção	(6.389)	(9.325)
Custos com depreciação	(7.753)	(7.209)
Provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	-	504
Custos dos veículos vendidos	(14.467)	(23.712)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos	2.159	2.802
	<u>(28.609)</u>	<u>(36.940)</u>

26 Despesas administrativas e gerais e Outras receitas operacionais, líquidas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Despesas gerais	(4.014)	(4.770)
Despesas com pessoal	<u>(2.820)</u>	<u>(4.453)</u>
	<u>(6.834)</u>	<u>(9.223)</u>
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>411</u>	<u>116</u>

27 Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras		
Juros passivos	(8.396)	(8.468)
Despesas bancárias e IOF	<u>(695)</u>	<u>(873)</u>
	<u>(9.091)</u>	<u>(9.341)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.763	1.009
Juros ativos	<u>56</u>	<u>119</u>
	<u>2.819</u>	<u>1.128</u>

28 Partes relacionadas

No exercício findo em 31 dezembro de 2014, a remuneração fixa dos Administradores foi de R\$ 819 (R\$ 630 em 31 de dezembro de 2013). A remuneração variável totalizou R\$ 180 (zero em 2013).

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	19.882	12.312
Contas a receber de clientes	6.506	7.574
Outras contas a receber	<u>335</u>	<u>412</u>
	<u>26.723</u>	<u>20.298</u>

b. Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativo, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos e consórcios a pagar	51.796	64.672
Fornecedores e outras contas a pagar	1.186	914
	52.982	65.586

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e consórcios a pagar	51.796	39.071	18.891		57.962
Fornecedores e outras contas a pagar	1.186	1.186	-	-	1.186
	52.982	40.257	18.891		59.148

c. Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	70	70	48	48
Contas a receber de clientes	6.506	6.506	7.574	7.574
Outras contas a receber	335	335	412	412
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	9.899	9.899	7.524	7.524
Aplicações financeiras de uso restrito	9.913	9.913	4.740	4.740
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos e consórcios a pagar	51.796	51.796	64.672	64.672
Fornecedores	749	749	612	612
Outras contas a pagar	447	447	302	302

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa* - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- *Aplicações financeiras de uso restrito* - São definidos como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- *Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- *Empréstimos e financiamentos e consórcios a pagar* - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Divulgações adicionais sobre gerenciamento de risco financeiro estão efetuadas na nota explicativa nº 7.

d. Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros. As posições de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	A receber	Taxa Pre	A pagar	Valor de referência Notional	Valor de mercado
SWAP	Empréstimos	14/09/2015	9,082% a.a.	CDI + 4,245%a.a.		4.936	1.669

O efeito das operações relacionadas a swap no resultado da Companhia para o exercício findo em dezembro de 2014 foi de R\$ (371) e (R\$ 103 em dezembro de 2013).

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem as práticas de riscos adotadas pela Companhia e foram satisfatórios.

e. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- *Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado* – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de

mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representam transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- *Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação* – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- *Nível 3. Sem Mercado Ativo: Títulos Patrimoniais* – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo contábil	Mercado ativo preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo títulos patrimonial (Nível 3)
Aplicações financeiras	9.899	-	9.899	-
Aplicações financeiras de uso restrito	9.913	-	9.913	-
Valor justo em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo contábil	Mercado Ativo preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo títulos patrimonial (nível 3)
Aplicações financeiras	7.524	-	7.524	-
Aplicações financeiras de uso restrito	4.740	-	4.740	-

Os empréstimos e financiamentos estão registrados pelo custo amortizado, no entanto, a divulgação de valor de mercado se classifica no nível II da hierarquia do valor justo.

30 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos Segurados	Modalidades	31/12/2014
Veículos	Cobertura total (Danos materiais)	80
Veículos	Cobertura total (Danos Corporais)	160
Predial	Cobertura total (Danos materiais)	1.290

Em 8 de janeiro de 2014, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados no exercício de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia R\$ 10.000 e um prêmio líquido total de R\$ 19.300.

31 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia efetuou a solicitação junto a BM&F Bovespa S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&F Bovespa”) do registro para autorização para a negociação de ações da BM&F Bovespa, denominado Bovespa Mais de Governança Corporativa.

No momento da emissão deste relatório, o registro ainda não havia sido deferido.

Em 30 de janeiro de 2015 os acionistas fundadores (Fábio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a Holding Lewco, por eles controlada) realizaram a integralização de R\$ 600, totalizando 1.733.988 ações integralizadas com capital subscrito de R\$ 51.735.

Em 6 de fevereiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações no valor total de R\$ 62.000, com remuneração anual de CDI + 4,25%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$ 61.230. As debêntures serão amortizadas em 60 meses a partir do 1º dia de cada mês, em parcelas iguais. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020. A primeira amortização das debêntures ocorreu em 2 de março de 2015 com o pagamento de R\$ 732 em juros e R\$ 1.029 em principal, perfazendo total de R\$ 1.761.

Até a data de emissão deste relatório, R\$ 13.996 dos recursos obtidos com estas debêntures já foram utilizados para pagamento de dívida bancárias pré-existentes. Do total de recursos obtidos, aproximadamente dois terços serão destinados ao alongamento do passivo bancário e o restante a aquisição de novos veículos para ampliação da frota.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Daniel Kenji da Silva Yoshimura
Contador CRC SP-261290/O-4